



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 64

Sessão Ordinária de Junho

1.ª Reunião de 27-06-2008

Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves na qualidade de Primeiro Secretário, e pelo Vogal Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Miguel de Almeida Dias, Vítor Manuel Marques de Oliveira, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Sésando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, António Bastos Marques Rodrigues, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Arsélio Almeida Martins e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas o Presidente da Mesa em exercício declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Mario Manuel Borges Pereira Pinto e Telmo Vieira Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins e Margarida Dias Ferreira.

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa eu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Joaquim Manuel Silva Marques, José António Fernandes Pedroso, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, e António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Miguel de Almeida Dias, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, António Bastos Marques Rodrigues, e Diogo Manuel Santos Soares Machado, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, se fez substituir nesta reunião por Vitor Manuel Marques de Oliveira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa em exercício leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Empreitada de “Construção do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental de Aveiro” – aprovação da repartição de encargos pelos exercícios de 2008 e 2009;

Ponto 3. – Eleição de um representante da Assembleia Municipal, para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Aveiro.

Vogal Antonio Rodrigues (PS) ⁰⁴

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: ⁰⁵

Acta n.º 58 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 59 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com vinte e nove votos a favor e cinco abstenções.

Acta n.º 60 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor e sete abstenções.

Acta n.º 61 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com vinte e nove votos a favor e cinco abstenções.

Acta n.º 62 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com vinte e oito votos a favor e seis abstenções.

Presidente da Mesa ⁰⁶

“Deu entrada na Mesa, um voto de pesar, subscrito pela bancada do PSD, e é do seguinte teor:

«No período que mediou entre a última e esta reunião da Assembleia, o Secretário da Mesa, Senhor Manuel Prior, passou pela difícil situação de assistir ao desaparecimento de sua mãe. O golpe porque passou foi bastante doloroso pois, além de se tratar de um ente tão querido, a sua idade perspectivava muitos anos de vida e afectuosa companhia junto dos seus, nada fazendo prever tão inusitado quão infausto desenlace.

Eram fortes e exemplares os laços de amor, afectividade e carinho entre mãe e filho e daí que sentimos profundamente o sentimento de dor que vai na alma e no espírito de Manuel Prior.

Resta-nos, como seus amigos manifestar-lhe publicamente o nosso apoio e testemunhar-lhe a nossa solidariedade, bem como a toda a sua família.

Do mesmo modo e nesta conformidade, propomos à Assembleia Municipal, reunida em Sessão Ordinária de 27 de Junho de 2008 que se associe aos nossos sentimentos e manifeste por VOTO DE PESAR, a sua solidariedade e mágoa pelo falecimento da Senhora D. Vitalina de Jesus Prior, mãe do Secretário desta Assembleia Municipal, Senhor Manuel Prior.»”

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰⁷

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁸

(Deram entrada na sala a Presidente da Mesa Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, que assumiu de imediato a presidência dos trabalhos, e o Vogal Manuel Vieira dos Santos)

De seguida a Presidente da Mesa⁰⁹ colocou à votação o voto de pesar pelo falecimento da D. Vitalina Prior, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Continuado a Presidente da Mesa propôs fazer um minuto de silêncio.

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰¹⁰

Presidente da Mesa ⁰¹¹

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰¹²

(Entraram na sala os Vogais Luis Claro de Jesus, Armando Manuel Dinis Vieira, e António Ildebrando Nunes Costeira)

Presidente da Mesa ⁰¹³

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰¹⁴

“Apresentou na Mesa um requerimento do seguinte teor:

«O Grupo Parlamentar Municipal do CDS/PP na Assembleia Municipal de Aveiro, vem, ao abrigo do preceituado na alínea a) do n.º 1 do art. 60º e do n.º 1 do art. 33º e para os efeitos da alínea e) do art. 5º, das alíneas a) e g) do n.º 1 do art. 27º, todos do Regimento da Assembleia Municipal de Aveiro, expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

1º - Na reunião realizada em Março último com o Executivo Municipal de Aveiro e os representantes da bancadas parlamentares desta Assembleia Municipal foi o Município de Aveiro informado pelo vogal da administração da “RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade”, Eng. Carlos Fernandes, acerca dos termos e fundamentos da solução técnica encontrada para a futura estação do comboio de alta velocidade em Aveiro.

2º - No tocante à futura ligação Aveiro-Viseu-Salamanca foi apenas esclarecido que ainda decorrem neste momento os estudos necessários para firmar o acordo internacional relativamente à ligação Aveiro-Salamanca.

3º - Atendendo ao facto de este ser um projecto de enorme relevo económico para toda a região de Aveiro com efeitos positivos para a competitividade do mercado nacional, bem como para o necessário progresso e desenvolvimento do nosso País,

4º - E, sem nunca perder de vista, a circunstância de esta ligação ferroviária servir, no futuro, como uma verdadeira “porta” para a Europa que permitirá o fomento das trocas comerciais no espaço ibérico, o aumento da circulação de mercadorias num vasto universo empresarial nacional e espanhol, bem como uma maior mobilidade geográfica, social e profissional a milhares de cidadãos,

5º - A verdade é que nenhuma informação oficial foi prestada, então, e até à presente data, no tocante ao início da execução desta obra pública, nem tão pouco quanto à sua programação temporal e respectiva orçamentação.

6º - A relevância deste empreendimento público justifica, por isso, a prestação de informação completa e inequívoca pelo Ex.mo Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, de molde a clarificar quais os reais e efectivos planos do Governo para a construção da linha do TGV entre Aveiro e Salamanca.

Nestes termo, requeremos a V. Exa. se digne officiar ao Ex.mo Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a prestação de informação acerca de:

a) Data de início da construção da linha ferroviária do TGV entre Aveiro e Salamanca;

b) Data de entrada em serviço da sobredita linha ferroviária do TGV entre Aveiro e Salamanca;

c) Confirmação da tipologia do transporte, especialmente, no tocante a passageiros, no futuro corredor ferroviário do TGV entre Aveiro e Salamanca.

- d) *Conclusões dos estudos de mercado, económico-financeiros e técnicos de engenharia sobre o corredor ferroviário do TGV entre Aveiro e Salamanca;*
- e) *Ponto de situação do estudo desenvolvido no âmbito do “AEIE-AVEP - Agrupamento Europeu de Interesse Económico - Alta Velocidade entre Espanha e Portugal” em relação ao futuro corredor ferroviário do TGV entre Aveiro e Salamanca.*
- f) *Programação temporal e respectiva orçamentação do projecto do TGV entre Aveiro e Salamanca.»*

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰¹⁵

Presidente da Mesa ⁰¹⁶

Vogal Diogo Machado (CDS/PP) ⁰¹⁷

De seguida a Presidente da Mesa⁰¹⁸ interrompeu os trabalhos, nos termos regimentais, a pedido do Grupo Municipal do CDS/PP.

Retomados os trabalhos, usaram da palavra:

Presidente da Mesa ⁰¹⁹

“Antes de procedermos à votação gostaria de dizer que não são votados os considerandos, mas sim apenas conclusões ou seja, os pedidos propriamente ditos.”

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰²⁰

“Eu gostaria de dizer que este documento que nos é colocado agora e que temos ocasião de ver pela primeira vez, enferma de um erro fundamental, que talvez o seu autor não se tivesse apercebido. É que nunca foi falada - na exposição que foi feita na Câmara de Aveiro, conforme os presentes que aqui estão podem assegurar, uma linha de TGV de Aveiro/Salamanca. O que foi sempre falado, foi numa linha de Alta Velocidade Aveiro/Salamanca. Portanto, este documento, este requerimento, tem esse pecado original. E não gostaria que esta câmara ficasse mal vista junto dos órgãos governamentais, quando parte de um erro básico que devia ser conhecido de todas as pessoas.”

Presidente da Mesa ⁰²¹

“Feita a correcção vamos então proceder à votação. O autor da proposta aceita tácitamente a correcção e onde se lê “do TGV”, passa a ler-se “de Alta Velocidade”. Esta é uma alteração factual e objectiva e vamos passar à votação.”

Continuando, a Presidente da Mesa⁰²¹ colocou à votação o requerimento apresentado pelo grupo municipal do CDS, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e cinco votos a favor (17PSD+6CDS+1PCP+1BE), uma abstenção (1PSD) e treze votos contra (13PS).

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificaram intervenções do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Mesa ⁰²²

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰²³

Presidente da Mesa ⁰²⁴

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰²⁵

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) ⁰²⁶

Vogal José Tavares Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁷

“Apresentou um Voto de Louvor do seguinte teor:

«Considerando que o Centro Desportivo de São Bernardo se sagrou recentemente, Campeão Nacional em Juniores Masculinos;

Considerando que a conquista deste título, constitui feito inédito a nível Concelhio e Distrital;

Considerando que o Andebol é a segunda modalidade colectiva com maior número de praticantes no País, facto que aumenta a importância do título conquistado;

Considerando, em consequência, que o nome de Aveiro ficou ainda mais prestigiado no âmbito do desporto nacional;

Considerando que este feito só foi possível graças ao excelente trabalho feito nos escalões de Formação do clube em torno da juventude, mantendo vivo o espírito da criação deste clube;

A Junta de Freguesia de São Bernardo, propõe que a Assembleia Municipal aprove um voto de Louvor à equipa de Juniores Masculinos do Centro Desportivo de São Bernardo, pela recente conquista do título Nacional».

Como representante da Autarquia Local, cumpre-me honrar, louvar e partilhar tão nobre prestígio alcançado.”

Vogal António Mário Neto (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁸

“A Junta de Freguesia de Aradas, tem a honra de convidar todos os presentes, a participar na homenagem que vai prestar a propósito do quatro centenário do seu nascimento, ao Dr. Manuel Mendes de Barbudo e Vasconcelos, nascido em 1607 em Verdemilho, lugar da nossa freguesia, onde também faleceu em 1670 e foi sepultado.

Notável poeta épico, foi durante mais de dois séculos, considerado o maior de Portugal. O “Grão-Barbuda, Fénix Lusitano” - expressão de D. Francisco Manuel de Melo, grande poeta seu contemporâneo.

A homenagem com descerramento de uma lapide, e apresentação de um livro sobre a sua vida, da autoria do Dr. Amaro Neves, será prestada publicamente na tarde do próximo Domingo dia 29 pelas 18 horas, na sede da junta de freguesia de Aradas.

Será uma grande honra podermos contar com a presença de V/ Exas. Muito obrigado.”

Vogal Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁹

“A Escola Gímnica de Aveiro, mas sediado em Esgueira, participou no campeonato de ginástica rítmica nos dias 31 de Maio e 1 de Junho de 2008 em Santo Tirso.

Gostaríamos de dar os nossos parabéns a todas as atletas desta escola, que com todo o seu esforço, trabalho, coragem e boa disposição, honraram a ginástica.

Referimos especialmente a atleta Joana Rafael Vidal, no escalão de seniores que se sagrou campeã nacional obtendo a medalha de ouro em todos os aparelhos: corda, bola e massas.

Gostaríamos também, de dar os parabéns à equipa de cadetes femininos do clube de esgueira, que se sagraram campeãs nacionais de basquetebol no dia 11 de Maio.

O Clube Povo de Esgueira tem tido um papel fundamental na formação e no lazer da população de Esgueira, em todas as faixas etárias.

A riqueza das comunidades, mede-se muito pela vitalidade das suas associações e o poder local, consciente desta importância deve estimular e apoiar-las.”

Vogal Arsélio Martins (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁰

“Agradeço-lhe o facto de me ter dado as boas-vindas, infelizmente são as despedidas já de seguida. E o motivo que me trouxe cá é de facto esse.

A maior parte da minha vida trabalhei na política, toda a minha vida praticamente, embora nunca tenha feito, nunca tenha ganho cargos, nunca estive em cargos, nunca estive na maior parte do trabalho.

Portanto a única altura da minha vida em que estive na democracia parlamentar representativa é aqui neste lugar. E eu queria cá vir dizer antes de ir embora: - que é uma honra para mim. Foi uma honra para mim estar cá e que aprendi, e que é de certa maneira uma expressão da actividade política que eu não tinha tido (e não me sentia nada diminuído por isso), porque os cidadãos podem ter várias coisas. Concorri a muita coisas, perdi muitas vezes eleições, mas de facto é uma lição de vida poder participar numa Assembleia Municipal — e foi bom tê-lo feito em Aveiro; podia ter sido noutra sítio qualquer mas foi em Aveiro que o fiz que é o sítio mais perto que eu posso considerar a minha terra, porque eu nasci aqui muito perto.

A ideia que me traz aqui é porque eu entendo que devo dar uma explicação. Quando fui eleito e portanto pensei na altura que podia participar activamente, sistematicamente nos trabalhos da Assembleia, mas por razões profissionais a partir de certa altura não foi possível continuar a fazer esse trabalho e, portanto, tive de ser substituído muitas vezes. E neste momento a minha actividade política, cívica, é principalmente em torno da minha profissão. E no próximo ano está tudo previsto para não ser mais complicado ainda, e portanto, eu não poderei participar activamente nos trabalhos da Assembleia.

Portanto, hoje, vim cá dizer que considero que foi uma honra para mim ter participado nos trabalhos desta Assembleia. Agradeço penhoradamente terem-me aturado calmamente. Espero que uma voz como a minha que é normalmente complicada - mais para mim do que para os outros, é complicado encontrar o seu espaço, saber qual é o seu lugar no coro, saber com quem é que faz voz, com quem é que trabalha, saber escolher as opiniões.

Espero que tenha ficado claro que é possível a uma pessoa, que qualquer que ela seja, poder escolher os assuntos em que vota desta maneira ou daquela, independentemente das secções de onde elas partem.

Portanto, espero que tenha ficado claro, que nós tentámos, eu pelo menos eu tentei sempre votar de acordo com o que penso que é mais justo ou menos justo, e portanto, sem grandes preconceitos em relação a quem faz as propostas ou deixa de fazer.

Espero também que tenha ficado claro que a minha postura na política, como é normal, é no sentido de acreditar em todas as pessoas independentemente de concordar ou não concordar com elas e procurar a todo o custo manifestar a minha concordância e discordância, na esperança de que as pessoas queiram construir o melhor futuro para os seus cidadãos, e espero que compreendam que eu lamento muito ter de abandonar; mas espero também que saibam que eu tento escolher sempre entre as várias coisas, onde um cidadão se pode mostrar melhor, ou pode fazer melhor serviço.

Neste momento, eu estou convencido que posso fazer isso melhor na Matemática, no ensino da matemática que tem sérios problemas, e com os professores de matemática, e portanto vou optar sistematicamente pela actividade associativa e científica no campo do ensino da matemática, e isso levanta problemas muito complicados que me obrigam a deslocar muitas vezes, e na minha idade é complicado, e eu não posso garantir a presença.

E portanto, iria ser substituído sistematicamente e eu não me sinto bem com isso. Não me sinto bem por ter de estar dia-a-dia a pedir a minha substituição; sabendo eu que vou ter a vida um pouco mais complicada.

Portanto, estou a despedir-me e isto significa só isso; estou a despedir-me com um “até sempre”. E estou particularmente satisfeito por ter feito parte deste mundo da democracia representativa e neste lugar da Assembleia Municipal de Aveiro.

Agradeço a todos, às pessoas todas que puderam ajudar-me a perceber isso. Não foi nada fácil para mim, mas é bom; acho que é uma experiência que as pessoas todas deviam viver, porque quem defende muito abertamente a democracia, principalmente a participativa, tem grandes problemas e grandes limitações ao enfrentar as dificuldades que tem a democracia representativa enquanto tal nos órgãos próprios etc.. E há grandes dificuldades em nós encontrar-mos o nosso tom, a nossa forma de estar na Assembleia e eu não posso deixar de dizer que aqui fui ajudado, como em quase tudo na minha vida, em que fui ajudado pelos outros a fazer o melhor que sabia. Muito obrigado a todos e pelo desculpa para esta ser uma intervenção deste tipo. É a vida!”

Presidente da Mesa ⁰³¹

“É para nós também um “até sempre”, não é uma despedida. Foi e tem sido uma honra contar com a sua presença nesta Assembleia. Honra-nos também saber que vai estar menos presente (apesar de sempre presente) porque vai dar um grande contributo às gerações de jovens portugueses que estão a fazer as suas caminhadas nessa árdua disciplina que é a matemática.

Honra-nos e dignifica-nos enquanto cidadãos portugueses e aveirenses em particular tê-lo tido como o melhor professor a nível nacional.

E desejamos-lhe, e estou certa que faço estes votos expressando o sentimento de todos e de cada um dos elementos desta Assembleia, que o senhor seja tão bem sucedido na sua tarefa de entusiasmar para essa disciplina difícil e muitas vezes vista como um monstro imperceptível que é a matemática, e que desperte muitos jovens talentos do nosso país para a matemática porque o nosso país precisa de gente com raciocínio e com o rigor matemático. Muitas felicidades Senhor Prof. Arsélio Martins.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰³²

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰³³

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰³⁴

Vogal António Regala (PCP) ⁰³⁵

Vogal José Costa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁶

“Gostaria de colocar uma questão ao Executivo que se prende com o seguinte: - há pouco tempo veio a público que se preparava - ou pelo menos era encarada como uma hipótese alterar a forma de gestão da Aveiro EXPO. Em que inclusivamente se falava na hipótese da retirada da gestão da AIDA.

Ora, tratando-se de uma associação representativa do tecido industrial de Aveiro, parece que é um pouco grave o facto de a Câmara manter o seu silêncio face a esta situação. Portanto, o que pretendia era que a Câmara esclarecesse o que é que isto significa? Que nos diga o que se passa no presente, quer a perspectiva que se avizinha.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁷

“Querida deixar aqui uma observação que julgo ser pertinente, e que julgo terá a ver com o Senhor Vereador Capão Filipe na área do trânsito: estão a surgir e eu falo porque já fui abordado e também já presenciei, graves conflitos junto às bombas de gasolina do eucalipto, dado que com as filas que permanentemente se estabelecem é impossível passar da rotunda para qualquer lado. Portanto, ver a possibilidade de conjugando com as autoridades de

trânsito, conjugar ali uma solução para que continue o trânsito a fluir e que não esteja aquela conflitualidade ali colocada.

O outro aspecto que queria referir, é sobre a inauguração da Unidade de Saúde Familiar em S.ta Joana. E tenho a dizer que tudo está bem quando acabada bem; dez anos é muito tempo de espera para que se tenha acesso a um bem que está consagrado na lei, e que se refere directamente à saúde dos cidadãos.

A odisseia de dez anos, com a aspiração e o desejo da parte daquela freguesia para que a unidade de saúde fosse uma realidade, finalmente chegou ao fim, bom término, e não podemos, o PSD não pode deixar de ter aqui uma palavra de reconhecimento pelo trabalho, pela dedicação pelo esforço e pelo sacrifício de todos aqueles que estiveram na génese da construção daquela unidade de saúde, preferencialmente, e julgo que é de inteira justiça que se realce o trabalho e dedicação do senhor presidente da junta de freguesia, Sr. Vitor Martins, para que aquela realidade seja uma presença.

Estão todos de parabéns, a própria junta, a população e o concelho de Aveiro, porque aquilo é efectivamente um grave problema que vinha, e que existe no nosso concelho, mas há uma freguesia e uma parte da população, - substancial da população, que começou a ter melhores cuidados de saúde.

Esperemos, e fazemos votos que tal e qual como foi a promessa do Sr. Secretário de Estado, o Dr. Manuel Pizarro, de que iria ser uma unidade também para grandes necessidades e já aqui foi falado várias vezes das freguesias de Esgueira, de Cacia e S. Bernardo, que essa promessa do nosso governante se torne realidade o mais breve possível para que possamos estar aqui também a felicitar e a cumprimentar o Secretário de Estado da Saúde do caso em apreço, dando-lhe os parabéns, sabendo que estamos efectivamente a dar um passo de apoio, à melhor condição de vida das nossas populações.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁸

“Gostaria de começar por felicitar o Prof. Arsélio Martins, pela participação enriquecedora que teve nesta Assembleia, e tal qual me fez recordar 1918 nas Teses e Resoluções do 3.º Congresso Lev Davidovish Bronstein: o nosso grande inimigo é a ignorância!

V. Exa. deu-nos o alento para promovermos aqui o conhecimento e lutarmos contra a ignorância. E é disso que se trata: os aveirenses, os nossos concidadãos reclamam-nos todos os dias, que vivemos emparedados, sem desígnio, comandados pela ignorância; porquê? Porque o Executivo não consegue estudar nenhum dos elementos que nos traz. Não nos dá respostas claras nem concretas. E a bancada da posição não assume a humildade do compromisso de partilhar com quem quer que seja, para que seja possível construir um Aveiro diferente daquele que nos propõem. É essa a tarefa e abertura que V.Exa. Prof. Arsélio Martins nos lega e nos deixa aqui desamparados.

Quero eu crer, que de entre o quadro da minha bancada deva continuar a lutar contra essa ignorância com a veemência, não é com mais nada que não seja a frontalidade e a veemência, que apesar de tudo, todos os outros não a queiram aceitar; mas é isso que eu lhe prometo, aqui, a si e a todos os aveirenses de continuar a lutar, no sentido até mesmo da intervenção do deputado Armando Vieira de forma a promovermos de facto a elevação da discussão nesta câmara, que não tem sido caso absoluto.

Só vou utilizar mais trinta segundos Senhora Presidente, para concluir com uma questão absoluta ao Senhor Presidente da Câmara. Nós sabemos que há problemas com o ar condicionado no concelho. Nós sabemos que o ar condicionado coloca problemas. Queria perguntar-lhe muito objectivamente: qual o regime jurídico aplicável no concelho? Qual a norma do regulamento que a Câmara Municipal de Aveiro aprovou e o que fazer perante todos os munícipes, que procurando criar o melhor ambiente no seu negócio, se possam conformar.”

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰³⁹
Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁴⁰
Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁴¹

(Saiu da sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁴²

“Senhora Presidente, salvo melhor opinião, parece-me que a maior parte ou todas as questões colocadas, pelo menos as colocadas ao município, se enquadram perfeitamente no âmbito da Comunicação Escrita, que é o ponto já a seguir, pelo que teremos nessa altura oportunidade prestar os esclarecimentos que nos foram solicitados.”

Seguidamente a Presidente da Mesa⁰⁴³ colocou à votação o *Voto de Louvor*, à Equipa de Juniores Masculinos do Centro Desportivo de São Bernardo, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Presidente da Mesa ⁰⁴⁴

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara⁰⁴⁵ fez uma breve apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

De seguida usaram da palavra os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁴⁶

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰⁴⁷

Vogal João Barbosa (PS) ⁰⁴⁸

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰⁴⁹

Vogal António Regala (PCP) ⁰⁵⁰

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) ⁰⁵¹

Vogal Arsélio Martins (BE) ⁰⁵²

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵³

“Queria corroborar de certo modo as preocupações do nosso companheiro Arsélio Martins, preocupado na construção; e é para isso que porventura todos nós aqui estamos, com a preocupação de dignificar, e eu não queria Senhora Presidente, de auscultar a indignidade de todos aqueles que quando o Dr. Arsélio Martins falava, não o escutaram.

Eu queria aqui referir uma vez mais e saudar a cooperação que o Executivo tem mantido com o Ministério da Saúde no sentido de aprofundar e partilhar as preocupações logísticas do Serviço Nacional de Saúde. E queria com isto significar na pessoa da Senhora Presidente da Mesa e no Senhor Deputado Rocha de Almeida, que de facto o Serviço Nacional de Saúde naquilo que cumpre, nas tarefas da saúde familiar e dos cuidados médicos primários, que os

esforços na construção da Unidade de Saúde de Cacia, de Esgueira e de S. Bernardo, que sejam rapidamente concluídos.

Saudar o Ministério da Saúde, e a Câmara Municipal de Aveiro, que conseguiram ao fim de longo tempo, mas conseguiram, fazer a abertura da Unidade de Saúde de S.ta Joana. Tarefas emergentes, para o serviço nacional de saúde.

Relativamente ao sistema de saúde do concelho e às tarefas que cumpre ao executivo, queria fazer uma pergunta clara e concreta: o que é que porventura, relativamente às preocupações sociais com a saúde da responsabilidade do executivo, o que é que a Câmara tem feito, relativamente a todos os seus cooperadores, a todos os servidores da ACASA?

Esta é que é a preocupação que o município, porque depende dele, e não tem tido, naquilo que pode eventualmente constituir-se em todo o tempo, a discussão no âmbito do sistema nacional de saúde.

Senhora Presidente, V.Exa., sabe que, sendo eu e o meu camarada de bancada, deficiente das forças armadas, não dependo no sistema nacional de saúde. Mas depende de um serviço que completa o serviço nacional de saúde, isto é, da ADMFA. Quer-se dizer: sistema, é um conjunto de serviços que se completam e acrescentam uns aos outros para melhor servir todos os concidadãos. Serviço Nacional de Saúde é coisa diversa que não tem nada a ver com o 'sistema'.

E aqui temos tido sempre esta confusão permanente e sistemática. Quero também dizer Senhor Presidente que relativamente a esta matéria V/ Exa. tem toda e deve ter, toda a tarefa de cooperar com o Estado na melhoria, na procura, e na busca das melhores condições logísticas, para o que o Serviço Nacional de Saúde, que é de todos, melhor apresente resultados claros.

Senhor Prof. Manuel Coimbra, V. Exa. sabe tal como o Senhor Inspector, sabem também que seguramente, se não tiverem um serviço nacional que responda claramente não tem a competitividade de todos os outros sectores, por forma a que se melhore a qualidade de prestação de serviços, quer seja no serviço, seja no sistema. Quer-se dizer: sabemos nós, que todos aqueles que fazem parte da rede nacional do serviço nacional de saúde, não são apenas aquilo de que depende o ministério; são esses e todos os outros, para que fique de uma vez claro, para não podermos pedir o Carmo e a Trindade; para não podermos pedir o impossível, temos que exigir apenas aquilo de que somos capazes de realizar. E isto serve também para o senhor Vereador que tem este domínio.

Não se pode nunca por forma a ficarmos sem nada de pedir o inatingível. Temos que saber ser verdadeiramente comedidos. E relativamente a todo este comedimento, queria deixar claramente aqui expresso duas outras questões ao Senhor Presidente da Câmara, que é: perante todos - e não passou ainda o deserto do Texas, não tarantulou (digo eu), o que é que V.Exa. entende sobre as posturas? Sobre tudo o que se vai ditando sobre a utilização diária de ar condicionado? E o que é que a Câmara Municipal nas suas posturas e no seu regulamento, devem usar ou não, perante a comunidade absoluta dos munícipes ou só perante alguns. Esta é uma questão que V.Exa. bem deve conhecer porque nem todos têm para já tido o tratamento equitativo igual; falarei em particular, destas e de outras questões, em sede de regulamentação, se vier a esta Assembleia, por forma a nos entendermos de modo muito claro.

Relativamente a uma questão que é recorrente em todas as Assembleias: V/Exa. Senhor Presidente, e depois o Senhor Vereador falará sobre os centros de saúde, ou V/ Exa. se assim bem o entender, mas relativamente aos problemas que vem resolver desta Câmara, que segundo ouvi dizer eram de duzentos e não sei quantos milhões. Pelos vistos em Janeiro eram cento e vinte milhões e em Maio cento e dezanove milhões; preocupações do deputado António Regala. Sabemos mesmo, é um problema do sistema de bases comunicantes: eles andam para um lado, para o outro, mas no fundo, no fundo, de facto o Dr. Alberto Souto tinha toda a razão — que não eram os números que V/Exas. apresentavam.

E não foram tão pouco as preocupações que a comunicação social tem trazido à colação e colocado o municio de Aveiro e os aveirenses na situação caricata e difícil de insolubilidade, torna-se mais insolúvel, com todas as acções que porventura e claramente, de uma forma pouco clara, transparente, de uma forma pouco disponível para partilhar com os contributos de todos os aveirenses, aqueles que nós representamos e não são tão poucos quanto isso. Não permitem que se contribua positivamente, porque estão sistematicamente a exaurir o domínio daquilo que pode constituir a solução do problema do município de Aveiro.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) [054](#)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) [055](#)

Vogal António Rodrigues (PS) [056](#)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) [057](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [058](#)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) [059](#)

Presidente da Mesa [060](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [061](#)

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [062](#)

“Antes de começar a colocar as questões que coloquei na primeira parte desta sessão, já sabia que o senhor Presidente da Câmara não ia responder. É a sua posição normal.

Mas como na minha terra se diz que “quem cala consente”, fiquei com a ideia de que o Senhor Presidente por exemplo, pagou os salários e o subsídio de férias a si próprio e aos seus Vereadores, mas não pagou o subsídio de férias aos trabalhadores da MOVEAVEIRO. Não pagou! Não mandou transferir! E nestas coisas da equidade e da justiça social, eu penso que os responsáveis deveriam ser sempre os últimos a receber. Tanto mais, aqueles a quem cabe a responsabilidade de cuidar dos outros, deviam ser os últimos a receber; não ser os primeiros, e deixar algumas pessoas, de poucos recursos, de ordenados de seiscentos e setecentos euros por mês privados desses proventos.

Também fiquei com a ideia de que ao não responder, o Senhor Presidente avalizou a ideia de que o “Cale de Aveiro” não obteve ainda o certificado de navegabilidade, que é um documento que neste caso penso que é emitido pelo IPTM, é um certificado que certifica se a embarcação tem ou não condições de segurança para navegabilidade; não respondeu! Espero que agora responda, mas pode-se manter na sua posição.

Também nada disse sobre se a Câmara lançou ou não um processo judicial contra o Galitos? Ao invés, se calhar, de ter cumprido o protocolo. E porquê?

Nada disse também, sobre o hotel de S. Jacinto e como nada disse pressupõe-se que não vai existir hotel nenhum em S. Jacinto; penso que é a ideia que perpassa do seu silêncio.

Também nada disse, das notícias do Plano de Saneamento Financeiro. Significa, no meu entender, que nada saberá sobre essa matéria.

E também sobre a Pista do Rio Novo do Príncipe. Isto é: que nada saberá sobre essa matéria e de facto, nada é para fazer.

Algumas outras notas que este documento que me foi presente me levantam. Um problema é o problema do factoring. Das dívidas do factoring, do famoso factoring, que aqui há duas reuniões eram dívida de médio e longo prazo; na última reunião do Saneamento Financeiro passaram para dívida de curto prazo a ser passada obviamente, passada para dívida de médio e longo prazo num processo de consolidação, e nesta sessão passa outra vez para médio e longo prazo!? Está na altura de se entenderem e de dizerem se é médio prazo ou longo prazo. Eu nem discuto se é ou se não é; mas entendam-se. Tenham um fio condutor. Não chamem de manhã ao animal Zebra e há noite burro e depois ao outro dia Zebra. Digam é um burro com pijama — agora não andem com essas coisas.

Uma outra nota é a que as dívidas de curto prazo continuam a aumentar!? Continuam a aumentar o que é muito grave. E traduz algumas opções políticas deste executivo. Este executivo diminuiu o médio e longo prazo, ou seja, basicamente, vai pagando aos bancos e fica a dever àqueles fornecedores que não têm a capacidade dos bancos para exigir o cumprimento das obrigações por parte da Câmara. Demagogia, não! Diminuiu o passivo a médio e longo prazo e aumentou o passivo a curto prazo. É isso que aí está! E o passivo a médio prazo que aí está é todo representado por dívidas à banca ou a organizações parabancárias como são as empresas de leasing — diga que é mentira e diga que é demagogia, mas o que está aí é isso.

Mas ainda falta saber porque estas coisas têm sempre um “mas”, depois deste êxito que foi esta diminuição do passivo de médio e longo prazo ou do passivo total, quanto é que aumentaram as dívidas das empresas do universo municipal durante este período?

Porque se calhar esse aumento foi muito, muito, superior. Eu gostaria de saber neste período quanto é que aumentaram as dívidas da MOVEAVEIRO?

Quanto é que aumentaram as dívidas da EMA? Porque é que não falam nisso? Ah, já não são dívidas da Câmara!? A pois não, esqueci-me! Na MOVEAVEIRO não há dinheiro, não se paga aos trabalhadores; não são dívidas da Câmara — é assim uma coisa “para o lado” não é necessário a Câmara cuidar.

Volto mais uma vez a lembrar que o QCA III, que está obviamente completo, o encerramento do QCA III ainda falta cumprir pela Câmara de Aveiro e executar projectos no valor de doze milhões e meio de euros! Estão à espera de os realizar quando? Para o Verão? O Verão já começou!

Uma última nota para - e normalmente nem me refiro aos Serviços Municipalizados, que eu considero que aqui a uns sete oito anos a esta parte nos têm começado a apresentar e nos têm presenteado com alguns documentos interessantes.

Mas se vocês verificarem, na dívida actual dos Serviços Municipalizados essa dívida actual não inclui a factura da SIMRIA relativa ao mês de Abril!? E mais, nada diz sobre o valor dessa factura?

Porque se vocês verificarem, aparentemente, há uma descida da dívida dos Serviços Municipalizados. Mas se nós juntarmos essa tal factura que não sabemos o valor, não sabemos se afinal há uma descida se há uma subida. Mais ainda, nada nos foi dito aqui, sobre todos os pedidos que dissemos e que fizemos, sobre qual é o efeito que vai ter a questão dos Resíduos Sólidos Urbanos nos SMA's? Porque quando eu disse aqui - e já é a segunda vez, mas ainda estou à espera da primeira resposta, porque da primeira vez eu disse que eventualmente essa inclusão vai provocar prejuízos de exercício nos Serviços Municipalizados, e o Senhor Vereador das finanças riu-se. Vamos a ver no fim do ano, ou no fim de uma ano de exercício quem é que se ri mais, quem é que ri melhor.

E não se esqueçam que essa tal empresa que pode eventualmente ficar no taf taf ou dar prejuízo, é a tal que o Senhor Vereador quer concessionar por 10 milhões de contos! E eu quero que me diga em que país do mundo é que se concessionaria uma empresa no taf taf por 10 milhões de contos? Julga que há por aqui algum Abraham Abramovich que venha para aqui e diz: olha, eu quero ficar com os Serviços Municipalizados. Tem lá uma gente simpática, é porreiro, tem uns canos de esgoto aí pelo chão! É porreiro, vou ficar. 10 Milhões de contos!? Mas julgam que isto é o totobola, totoloto ou o euromilhões? Bem, para quem pensa que vai concessionar o estádio por 13 milhões de contos, não fica mal! Uma asneira se calhar não é tão grande como a outra, mas enfim, poupem-nos! Poupem-nos a isso, porque de facto não há pachorra. De facto não há pachorra para nós ouvirmos e ler-mos escrito, aliás uma intervenção que o Senhor Presidente leu brilhantemente, não há pachorra para mais uma vez ouvirmos coisas deste tipo.

Assentem os pés na terra. Aveiro está com dificuldades financeiras, muitas dificuldades financeiras, e é preciso resolvê-las. Não se resolvem com facilidades, não se resolvem com

tretas. Resolvem-se com um plano de saneamento financeiro sério, porque de facto aquilo que foi apresentado e que foi remetido para baixo como um plano de saneamento financeiro, mais não é do que empurrar o problema para frente com a barriga.

E não é só empurra-lo para a frente, é multiplicá-lo! E multiplicá-lo exponencialmente de uma forma, que definitivamente vai coarctar a possibilidade do município poder subsistir no futuro.

Mas talvez agora haja uma solução. Juntem-no ao município de Ílhavo que pode ser que arranjem alguém que tome conta disto.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶³

“Gostaria de começar para agradecer ao Senhor Presidente da Câmara, de lembrar com o seu silêncio, ao não responder no Período de Antes da Ordem do Dia a assuntos de índole de actividades do município e por isso são discutidas por altura da Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, que é este primeiro ponto, o facto de o fazer.

E por isso, é nesta altura que nós estamos a discutir realmente o primeiro ponto a actividade do município. Por isso, agradeço-lhe o lembrar a todos nós, e muitos que já estamos aqui nesta Assembleia Municipal há muitos anos, que realmente há um regimento que se deve cumprir, e que devemos ser disciplinados, para só neste período primeiro da ordem de trabalhos é que discutimos a actividade do município — e o Senhor Presidente da Câmara fará o favor de nos responder acerca das perguntas que lhe podemos colocar neste preciso ponto, e por isso, acho que é completamente descabido de poder ser acusado de não ter respondido à actividade do município fora deste ponto. Ainda bem que não o fez.

Neste ponto gostaria de o questionar acerca das bicicletas. Bem, pelos vistos há empresas que estão interessadas em investir nos canais da ria, no que diz respeito a bicicletas aquáticas. Mas já volta e meia vem sendo falado, nalguns artigos de opinião nos jornais, e é uma crítica que eu subscrevo. É que o nosso município para poder ser um município ciclável tem que ter parques para bicicletas privados. Ou seja, se um munícipe quiser andar de bicicleta, tem que ter um local onde a possa guardar. E isso acho que faz sentido que nós pudéssemos também pensar em haver esse género de parques, em que realmente os munícipes pudessem ter só as suas bicicletas para uso próprio — e não estamos aqui a falar das bicicletas de utilização gratuita, que são complementares, são até, posso dizer, mais folclore (no bom sentido), que também é importante para o nosso município.

Também nesta comunicação gostaria de referir a redução do passivo. É importante que haja este redução, é pena a redução do passivo não se fazer e não se poder fazer nas receitas a curto prazo ainda, mas mesmo assim de registar que realmente aquelas dividas pesadas, dividas que nós temos que todos os meses cumprir estão a ser cumpridas, e isso apraz-nos registar, e por isso que haja essa diminuição de passivo.

A última nota, que eu gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara, são os compromissos que assumiu com o Beira-mar. Houve conversas, houve telefonemas por aquilo que nós sabemos pela comunicação social entre o presidente da câmara e dirigentes do Beira-mar, foi isso que nós viemos a saber. E por um lado, fico contente de saber que há este entendimento. E por isso, que o Presidente da Câmara realmente fala com todos aqueles que querem falar com ele, e que procura resolver as situações, aliás já deu aqui várias provas disso de que procura resolver as situações, e por isso gostaria de saber quais são esses compromissos, que realmente assumiu com o Beira-mar e que compromissos é que o Beira-mar também assumiu para com a Câmara?

Por exemplo, eu gostaria muito que nos dissesse que o Beira-mar estaria a assumir a gestão do estádio. Era uma das coisas que eu gostaria muito que o Beira-mar, como clube de primeira divisão, que neste momento não é, mas que deve ser, que pudesse rentabilizar o estádio. Pudesse assumir compromissos de vendas de camarotes, rentabilizar esses

camarotes, de que pudesse ajudar a Câmara, também, a construir campos de treinos, a que pudesse utilizar esses campos de treino, e por isso que pudesse rentabilizar todo um conjunto de infra-estruturas que este município bem ou mal investiu, e estão neste momento disponíveis, algumas outras devem ser construídas, e por isso gostaria que esses compromissos de parte a parte, o Senhor Presidente da Câmara nos pudesse aqui dizer um pouco mais sobre eles.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁶⁴

Da Câmara Municipal

Vereador Caetano Alves ⁰⁶⁵

“Eu ia referir-me a algumas questões que foram aqui abordadas, e que tem a ver com o trabalho nos meus pelouros.

Falou-se no tema da vídeo vigilância. É um assunto que nós estamos claramente a estudar, especialmente com a Junta da Vera-Cruz, e a Associação Comercial e Associação de Bares, com a PSP; isto é uma lei um pouco complexa, não é muito fácil de implementar um projecto destes, estamos a trabalhar, e esperamos nos próximos meses ter uma proposta, pelo menos um estudo que nos diga alguns dos caminhos a seguir em relação a este assunto.

Projecto do Porto, é um projecto especial, porque veio na sequência de um conjunto de incidentes, teve uma predisposição especial do Ministério da Administração Interna; nas outras cidades isto não é exactamente assim. Tem que se obedecer aos critérios da lei que não são tão simples. Na verdade, a lei diz-nos que a PSP manda, e isto não é muito fácil de contemplar em termos de organização comunitária.

Em relação aos assuntos do Galitos, eu gostava de esclarecer o seguinte: a Câmara não tem nenhum processo contra o Galitos, enfim, que eu saiba. Admito que os Serviços Municipalizados possam ter se o Galitos tiver facturas de água em dívida. Aliás, com a nova lei n.º 24 de 2008, os cortes de água vão ser mais efectivos com base em facturas em atraso.

Isto é um assunto que vem julgo que há cinco anos, salvo erro, numa negociação entre o clube e a Câmara de então em que o clube mantinha as percas de água diárias e a Câmara assumia que pagava a água para ser perdida, para não se ter que fazer as obras. Enfim, nós estamos a estudar isto; é um problema complexo para nós porque é inclusive uma piscina que não é municipal. O protocolo de utilização é com o Instituto de Desporto, para utilização do Galitos. Portanto temos de criar aqui uma forma mais fácil de resolver este assunto, sendo que a câmara municipal investiu nos últimos cinco, seis anos nesta piscina já, quatrocentos e trinta e cinco mil euros. E confesso-vos que é um problema que está em cima da minha secretária para tentarmos criar uma solução para isto.

Em relação à questão dos remadores e da situação da sua chegada à água, ela mantêm-se um pouco estabilizada. Ou seja, não tem havido grandes desenvolvimentos e, portanto, tivemos aqui um pequeno desencontro entre o que o empreiteiro podia ter feito, o que nós vamos ter que fazer, o trapiche que temos que comprar, e o dinheiro que não temos.

Portanto estamos aqui a tentar criar aqui uma solução em que consigamos coordenar todas estas situações de forma a que os remadores possam ter condições ideais, sobretudo aqueles que são da alta competição e que têm bons resultados e que não merecem a situação que estão a viver.

Em relação à questão que foi abordada do Turismo. Eu só gostava de relevar o seguinte: a Câmara de Aveiro tem condições para gerir o Turismo em Aveiro. Gostava que partissem deste pressuposto. Nós estamos a viver uma situação de transição, temos contactado todas as partes envolvidas e temos deixado claro que sendo nós, na localização que estamos, concelho com maior número de camas, com maior número de visitantes, com maior número de dormidas, com mais atractividade em termos turísticos, mesmo sendo nós o suporte, em

termos logísticos e hoteleiros do nosso município vizinho de Ílhavo com as suas praias, portanto, a nossa situação é: temos que gerir o nosso turismo que estamos a fazer, e aguardar que esta nova reorganização nacional do turismo se revele o mais eficiente possível para nós podermos trabalhar com as pessoas, e com as situações que entrarão no terreno entretanto. Esta é claramente a nossa posição.”

Vereador Miguel Capão Filipe ⁰⁶⁶

“Apenas duas ou três questões. A primeira é em relação às placas toponímicas. Foi realizado o levantamento das necessidades - temos necessidade de cerca de três mil placas. Conforme os senhores deputados se recordam essas mesmas placas têm que seguir um determinado modelo uniforme, aprovado, no regulamento de toponímia; por sua vez também, fizemos um levantamento, e temo-lo praticamente concluído, de revisão de toda a sinalética direccional que neste momento está desajustada na área urbana, bem como o seu alargamento aos centros de freguesias. Bem como alguma sinalética direccional em relação à localização da cidade, do concelho e das diferentes freguesias. Todo este levantamento está realizado. As três mil placas toponímicas, a revisão de sinalética direccional, sinalética direccional de concelho, cidade e freguesia; apenas teremos agora de fazer o necessário envelope financeiro que permita esta mesma execução.

Para este envelope financeiro, normalmente, esta circunstância é enquadrada, em permutas de contratos na área da publicidade. E por consequência está dependente do encerramento de um determinado tipo de negociações, que permitam por permuta, concretizar esta mesma circunstância. O trabalho de casa está feito, o envelope que permite a execução está em vias de tal acontecer e teremos todo o gosto quando isto mesmo se concretizar.

Em relação aos parques de bicicletas para uso privado, sem dúvida que deveremos ter mais parques de bicicleta. Mas eu lembro porém, que estão disseminados pelo concelho, designadamente pela área urbana, parques de bicicletas para uso privado - infelizmente eles estão vazios.

Eu recorro que uns círculos metálicos, em número de dezenas espalhados pela cidade, não se tratam de instalações artísticas, mas tratam-se de facto de soluções estruturais para estacionamento de bicicletas particulares. Apenas estão desertas, porque infelizmente, o paradigma da mobilidade que todos desejamos em termos de diminuirmos as nossas pegadas de carbono, e esse paradigma é resolver precisamente a priorização, começando pelo andar a pé, pela bicicleta, transportes colectivos, e só em último o automóvel ligeiro. É precisamente, no nosso dia-a-dia - e aqui nunca é demais fazer pedagogia, que nós como cidadãos deveremos fazer parte, não do problema ambiental, mas de uma solução e uma das medidas, é fazermos parte dessa mesma solução, é invertermos esse mesmo paradigma da mobilidade, e por consequência mais do que espalhar essas instalações, porque já existem grosso modo em número suficiente pela cidade, é inverter essa mesma circunstância.

Agradeço as palavras no que diz respeito ao ciclo dos Aveirenses Ilustres. De facto já está programado um segundo ciclo pelo êxito e interesse para os munícipes desse mesmo primeiro ciclo e no que diz respeito à edição dos textos completos, dos oradores de cada um destes aveirenses ilustres é precisamente uma das actividades dentro da edição, no programa oficial “Aveiro 250 anos – 2009”, que está a ser programado.

Um dos projectos será precisamente a edição das comunicações escritas, do texto completo deste mesmo ciclo.”

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁶⁷

“Apenas transmitir duas ideias sobre dois temas que foram levantados, começando pela questão do contrato da SUMA. Uma das hipóteses que nós tínhamos era a denúncia do contrato e a abertura de concurso público; segunda hipótese está prevista no contrato e na lei, a renovação do próprio contrato.

As duas soluções são perfeitamente enquadráveis. A opinião técnica foi que deveríamos manter o contrato da SUMA, aliás, em todos os municípios em nosso redor, à excepção de Águeda, é a SUMA que presta este serviço. Portanto, também aqui a qualidade foi apontado pelos serviços técnicos da Divisão de Ambiente e foi relevante neste processo.

Em relação à diminuição dos valores obtidos, estamos a falar de cerca de 3,5% nos valores de lavagem de contentores, de recolha de resíduos e limpeza de alguns parques, e de um aumento de serviços, nomeadamente, na limpeza urbana que agora é feita no sentido das várias freguesias de cerca de cinquenta mil euros, estimados.

Transmitir-lhes ainda, por esta oportunidade, que de facto não podemos mexer nos valores do preço por tonelada que se situa neste momento só na recolha, e portanto, no serviço da SUMA em trinta e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos.

Aproveitar esta ocasião para deixar esta nota aos senhores deputados, porque acho que são as pessoas importantes para veicular esta mensagem que, cada quilo de lixo que nós depositamos no depósito indiferenciado, custa cinco cêntimos.

E cada quilo de lixo que nós colocamos nos ecopontos custa zero cêntimos à Câmara e obviamente aos munícipes. Aproveito então para deixar esta mensagem.

Questões de dívida, redução de dívida de médio / longo e de curto prazo.

Sr. Deputado Raúl Martins, as palavras que proferiu são demagógicas e passo a explicar porquê.

O Senhor deputado está nesta casa, nesta Assembleia, há muitos anos e votou com certeza vários empréstimos e várias operações financeiras que aqui foram aprovadas.

Essas operações financeiras tinham cláusulas, com certeza do conhecimento de V/ Exa e dos restantes membros, que penalizam fortemente a Câmara Municipal, nomeadamente até, através das garantias que concede aos bancos.

Quando o Senhor deputado apela a que nós (ao bom estilo do Bloco de Esquerda, peço desculpa ao Bloco de Esquerda por o estar a referir), de que nós não pagamos aos pobrezinhos e pagamos ao cliente do capital, está - e sabe bem disso, quando referiu e sabe perfeitamente, que não é da vontade desta Câmara. Mas sim, obrigações que os 'senhores' nos deixaram.

Segunda situação em que o senhor ou não sabe ou desconhece, tem a ver com a questão dos Serviços Municipalizados e da facturação da SIMRIA. Senhor deputado mais uma vez este Executivo e o Conselho de Administração que está nos SMA's é formado por esse executivo, mostra mais uma vez transparência ao pôr claramente as coisas no preto e no branco. Fomos nós que lá pusemos "falta uma factura da SIMRIA". E deixe-me explicar antes que o senhor deputado tire conclusões precipitadas, como as que tirou.

Essa factura foi devolvida porque o seu Governo e o seu Ministro, que o nomeou a si directamente, aprovaram um aumento de tarifário de 9,5%.

O Senhor deputado tem vindo a esta câmara várias vezes transmitir que nós fazemos aumentos bastante elevados nas tarifas - pois o Senhor fica a saber que isso se deve apenas e só a este tipo de medida aprovadas pelo seu governo.

Portanto, o Senhor fica a saber que foi devolvida a factura por ter um aumento excessivo que foi aprovado pelo seu governo.

A factura da SIMRIA é conhecida há muito tempo e vem em todos os documentos que vinham da Câmara e agora dos Serviços Municipalizados — e ronda os 250 mil euros.

Terceiro ponto. Quando o Senhor fala do valor dos Serviços Municipalizados, esse valor é conhecido e é fruto de estudos que foram feitos, não estamos a inventar, nesses estudos estão não só a hipótese de água e saneamento, mas também dos resíduos sólidos. E com esses o valor da empresa aumenta consideravelmente."

Presidente da Câmara ⁰⁶⁸

“Em relação às questões colocadas, e na altura própria, no momento certo, no momento em que a lei diz que devemos fazê-lo, no momento em que aprovado por todos aqui, diz que deve ser feito, vamos então prestar os esclarecimentos possíveis em relação às questões colocadas. Placas toponímicas; marcações horizontais; empresas de telecomunicações; TV Cabo; sinalética; são questões importantes que aqui ficaram; são notas que registámos para ver aquilo que é possível fazer.

Manifestar também a solidariedade do município e o apoio aos Juniores de S. Bernardo, pelo título nacional que obtiveram; já foi aprovado também em reunião de Câmara esse voto de louvor. Também outros êxitos desportivos importantes que ultimamente o concelho de Aveiro conheceu em diversas modalidades e com diversas equipas.

Quanto ao hotel de S. Jacinto. Como sabem é um processo muito longo. a Câmara alienou em hasta pública há alguns anos um terreno em S. Jacinto para ser construído um hotel. Nessa hasta pública havia um condicionante, uma cláusula de reversão, em que era dado ano e meio para o comprador construir o hotel sob pena da Câmara poder accionar essa cláusula. Mas esse ano e meio começava a contar a partir da escritura; só que a Câmara na altura fez hasta pública recebeu o dinheiro, fez contrato de compra e venda, e não fez a escritura. Portanto o tempo todo que passou não esteve a contar para o ano e meio. Há já cerca de um ano conseguimos finalmente que a pessoa viesse fazer a escritura, e aí sim, começasse a contar o tal ano e meio. E nestes processo, procurando a maior lisura possível, meio ano antes de acabar o período de ano e meio, oficiámos à empresa que tinha comprado informando-a que o prazo que tinha para construir o hotel decorria até dezassete de Agosto, e que era intenção do município se não fosse iniciado o processo até essa data de vir a accionar essa cláusula de reversão. A empresa recebeu o ofício, veio ter connosco, veio conversar e está naturalmente empenhada em avançar com o hotel em S. Jacinto até ao dia 17 de Agosto de 2008, em função do tal ano e meio.

Quanto à questão das empresas municipais que já foi aqui ventilada por diversos senhores deputados.

Em relação a este processo das empresas municipais, depois de reflectirmos, de amadurecermos e de trocarmos opiniões, assentamos numa ideia geral, numa filosofia que nos pareceu ser a mais ajustada, quer em função aos compromissos eleitorais que nós assumimos quer em função daquilo que nos parece ser o interesse do município e interesse dos munícipes. E essa opção foi esta: foi desenvolvermos trabalho para tentarmos reduzir o número de empresas municipais a uma única empresa.

E porquê a uma única empresa? Já aqui foram levantadas algumas questões. Porque é um conjunto de compromissos assumidos, algumas com questões de dúvidas legais. Há aqui questões financeiras também envolvidas que não nos permitem pura e simplesmente que se acabem com as empresas municipais, porque isso poderia causar grande prejuízo a todos nós.

E daí que, cautelarmente, a opção tenha sido esta: vamos em termos de filosofia procurar ver a possibilidade de reduzir as empresas municipais a uma empresa.

Estamos a fazer trabalho nesse sentido. No próximo dia 7 de Julho temos uma reunião com esse objectivo para analisar esses estudos que estão a ser feitos, para nessa altura, então sim, com números, com dados, com a proposta em cima da mesa podemos optar se são todas as empresas, se são algumas só, ver a realidade de cada uma. Nessa altura estaremos em condições de avançar para um proposta concreta, quer para o Executivo, quer aqui naturalmente na assembleia municipal, para se poder pronunciar sobre essa matéria.

Quanto à Unidade de Saúde de Santa Joana. Concordar e comungar com aquilo que foi aqui dito em relação a esse assunto e em relação ao trabalho feito pela autarquia de S.ta Joana neste processo. À luta que desenvolveu ao longo de 18 ou 19 anos, quase 20 anos, para que finalmente aquele sonho se realizasse. E penso que foi com alegria que depois de muitas

dúvidas, muitas exposições, muitas paragens, muitas falências, ao fim disto tudo, finalmente durante dois anos de forma discreta a obra avançou. Conseguimos a colaboração também, do empreiteiro, de toda a gente, o que foi possível que no passado Domingo tivéssemos todos vivido um momento importante para Aveiro.

Foi também importante pelo que aconteceu. Foi também importante pelo compromisso, pelo empenho, pela disponibilidade, pelo reafirmar dos contactos já havidos com a Direcção Regional de Saúde do Centro, que agora foram refundadas também pelo Senhor Secretário de Estado, no sentido de procurarmos caminhar para a resolução de outros três casos que temos aqui em Aveiro, concretamente, Esgueira, Cacia e S. Bernardo.

Há essa disponibilidade, há esse empenho, havia já compromissos assumidos pela ARS nesse sentido; o Senhor Secretário de Estado veio ratifica-los, veio dar força, e acreditamos que com as normais dificuldades que esses processos têm nós acreditamos que também se começa a ver luz ao fundo do túnel, e isto pode ser também uma realidade.

Quanto à Avenida Dr. Lourenço Peixinho, que foi aqui colocada. Nós estamos a preparar um período em que vamos procurar auscultar a opinião das forças vivas aqui do nosso concelho em relação à intervenção a todos os níveis que a Avenida precisa.

Quanto à questão do Lidl ir para outro concelho. Nós tivemos contactos, na sequência desses contactos recebemos um pedido, um requerimento, para a instalação de um centro logístico do Lidl em Aveiro. O que nós fizemos, naturalmente, foi levarmos o assunto a reunião de Câmara. O assunto foi aprovado e isto é aquilo que nós sabemos. Para nós é importante, porque nós gostaríamos muito que se criassem mais postos de trabalho e mais riqueza económica e social no nosso concelho. E só naquele bocadinho de terreno ali onde está previsto esse centro logístico do Lidl estão previstos, estão já assumidos compromissos muito fortes de diversas empresas, para a criação de quinhentos novos postos de trabalho nessa zona. É um investimento total de 200 milhões de euros naquele espaço. Acho que é muitíssimo importante para todos nós, nomeadamente para a nossa juventude que vai tirando as suas licenciaturas e depois não consegue arranjar emprego, e só naquele bocadinho vamos ter mais 500 novos postos de trabalho.

Quanto à SUMA o Dr. Pedro Ferreira já disse o essencial do que é que mudou. Penso que foi claro. Nós acerca de ano e meio antes do prazo que tínhamos para decidir sobre a renúncia ou continuação do contrato, tivemos muitas reuniões com a SUMA como é evidente; negociamos muito, foram negociações muito apertadas, muito profundas, mas penso que foram boas.

Sintetizando, e assim um pouco de cabeça, porque às vezes pode falhar, mas conseguimos que pagando menos a SUMA venha a fazer mais quarenta quilómetros com a varredora mecânica aqui dentro da cidade; conseguimos uma ida mensal de funcionários da SUMA a todas as freguesias do nosso concelho para fazerem serviços - já está isso em funcionamento; conseguimos que finalmente, porque foi uma coisa que nunca se percebeu muito bem porque é que só no centro da cidade é que andava essa varredora e não andava noutras zonas; conseguimos também pelo menos uma viagem mensal a cada freguesia com a varredora mecânica e no fundo há também aqui alguma solidariedade que se conseguiu.

Conseguiu-se tudo isto, reduzindo o valor médio. Como sabem o Dr. Pedro Ferreira já há pouco referiu aqui, tem a ver com o preço tonelada de lixo que se recolhe. Portanto, não é fixo. O valor varia em termos gerais com mais uma redução e todos esses trabalhos. Além disso, deixaram de facturar alguns serviços que estavam a facturar e houve uma redução com todo este trabalho a mais de cerca de - e os números aqui assim, dependem das toneladas, de 225 mil euros, para 200 mil euros mensais que o município paga. Pagamos menos e temos muito mais serviço distribuído por todo o concelho.

Quanto às Florinhas do Vouga. A questão aqui levantada da placa tem toda a razão. Mas acho que para nós todos, porque somos todos responsáveis por isso, que se nos pusesse a quota parte, nós todos enquanto autarcas, nós todos enquanto cidadãos do nosso concelho,

pelo aquele apoio que foi dado às Florinhas do Vouga que nós todos demos, que o município todo deu, e está a dar, e que vai dar durante mais alguns anos. Aquilo foi uma obra que esteve parada muitos anos, andou aos solavancos, e finalmente tivesse arrancado com esta força porque é importante para o nosso concelho ter estas preocupações sociais.

O estádio de desenvolvimento de uma comunidade deve ser aferida não pelos muros, não pelas casas, mas acima de tudo pela disponibilidade que tem e pela disponibilidade que presta aqueles cidadãos mais desfavorecidos.

Quanto à redução da tabela de taxas urbanísticas, do IMI, e da Derrama. Estamos completamente de acordo.

O mesmo em relação aos parques empresariais. Também falámos nessa questão na necessidade de criação de mais riqueza social e económica para o concelho.

Quanto às empresas municipais já conversámos.

Campus da Justiça. Foi uma questão aqui colocada e muito bem. Como sabem e nós já aqui informámos isso, o Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial do Ministério da Justiça, que tem uma equipa jovem, dinâmica, empreendedora, tinha a intenção, e penso que tem a intenção de procurar concretizar o avanço do programa de concurso no primeiro semestre deste ano. Está agora a acabar, está agora no limite, e acredito que com a dinâmica e com o entusiasmo que eles têm, isso vai acontecer. Da nossa parte e como é nosso dever, temos estado sempre disponíveis para prestar toda a colaboração e para que o Instituto possa prosseguir com este sonho também para Aveiro e para os Aveirenses.

A questão do PDM. A questão das freguesias serem mais ouvidas. Essa, naturalmente, obviamente, é o nosso desejo. É nossa intenção. Foi essa indicação que foi transmitida aos serviços e acreditamos que os serviços naturalmente irão enriquecer esse documento com a participação das juntas e todo o movimento das forças vivas do nosso concelho.

Quanto ao Plano de Urbanização, como já aqui foi referido, de uma forma pouco explicável: Vejam a simples remessa da carta da REN, da CCDRC para Lisboa, já está a demorar alguns meses. Porque como sabem é o último procedimento obrigatório legalmente que nós temos que fazer e a publicação da carta da REN em Diário da República — e só a partir desse momento o Plano de Urbanização pode vir aqui à Assembleia Municipal para ser discutido e para ser votado. Logo que isso aconteça, temos a informação que, temos andado a acompanhar diariamente este assunto ao longo destes meses, temos a informação que terá saído o processo para Lisboa (a informação é de hoje, é fresquinha. Portanto foi ontem ou hoje, que nos disseram que já seguiu para Lisboa. Portanto, acreditamos que estas viscosidades que acontecem sempre nestas áreas, que pudessem ser ultrapassadas.

Quanto à Lusostela. Também já aqui falámos nisso, já aqui informámos que notificámos a empresa para demolir o prédio. Fez-se diligências, pediu preços, tinha já tudo para avançar e então foi lá verificar que uma pequena parte da Lusostela tinha um problema de uma hipoteca de há muitos anos e tinha sido dado por ela, e portanto, tem que libertar essa hipoteca. É uma coisa simples, mas tem que a libertar antes de proceder à demolição. Entretanto, cautelarmente, e muito bem, já tem segurança no local. O edifício neste momento tem um segurança a tomar conta daquilo para evitar aquilo que se passou no passado muito recente.

Passagem superior das Agrads, foi também aqui levantada. Este é um problema mais amplo. Como sabem já, em Esgueira, numa reunião pública que tivemos, vi lá um ofício da REFER, em que havia a intenção de avançar em Maio com a obra. É um problema mais amplo, é um problema que tem a ver com a dívida de cerca de treze milhões de euros que a Câmara deve à REFER. Tem a ver com o túnel da Estação, com as zonas exteriores, com a passagem superior nas Agrads, com a nova Avenida da Estação, com essas obras todas e que não estão pagas.

E a REFER compreensivelmente condiciona a resolução deste caso, há resolução do conjunto de problemas que aqui estão ligados a estes treze milhões.

Tem sido um percurso negocial que temos tido, que tem sido moroso. Temos tido reuniões em Lisboa e aqui com a REFER, temos procurado acertar e chegar a um entendimento em relação a este assunto naturalmente, ninguém tem interesse que isto se prolongue no tempo. Acerca de dois meses que a solução está definida já está na REFER. Foi definida nesses dois anos de negociação que decorreu e chegou-se a um resultado. Esse resultado e essa proposta tem já o parecer técnico de todos os sectores da REFER, falta só a decisão da Administração de que este processo possa ser concluído.

O processo já foi para lá, esperemos agora, e já marcamos mais uma audiência para ver se encerramos este conjunto de problemas que nos permitem resolver a questão da passagem superior das Agrad.

Metro Ligeiro de Superfície. Foi aqui levantada a questão, e a questão da intermunicipalidade que este projecto deverá ter. É naturalmente uma dica importante também e deve ser vista nessa perspectiva, e estamos a dar os primeiros passos agora neste processo com o debate que aqui decorreu, com esta discussão alargada, que é sempre a melhor forma de começar estas iniciativas.

Quando é que encerra o aterro de Taboeira? (fomos aqui questionados sobre esse assunto). Quando a Unidade de Tratamento Mecânico/Biológico estiver concluído.

Como sabem a ERSUC tem cumprido religiosamente todos os compromissos que tinha assumido. Tinha assumido conosco compromissos de em Março deste ano ter o concurso aberto, concurso para concepção/construção, e em Março estava o concurso aberto; está a seguir os tramites normais, e acreditamos que finalmente, e é importante dizer isto, porque depois de muitas dúvidas, muitas tergiversações, foi possível decidir, tomar uma decisão e avançar com este assunto e criar expectativas sólidas e firmes de que o assunto prosseguirá, porque finalmente iremos acabar com esta nódoa que temos ali em Taboeira em relação à questão do aterro.

Por último, os compromissos que eu terei assumido com o Beira-mar. Quero dizer-vos que nas reuniões com o Beira-mar não estive apenas eu, como é óbvio, estivemos mais.

Da parte da Câmara procuramos que estivessem mais pessoas presentes para acompanhar esse assunto. Nós temos o dever de falar com todas as entidades, com todas as instituições, com todas, sem nenhuma excepção. Fazendo-o por dever e por gosto, naturalmente, porque são as forças vivas do nosso concelho que no fundo é o somatório do trabalho que contribuem para o concelho que nós temos.

Estamos a falar, no caso Beira-mar, de uma instituição com oitenta e seis anos de vida. Como sabem, o Beira-mar oficialmente iniciou a sua actividade no dia um de Janeiro de 1922, depois de um jogo de futebol ali no campo do Rossio; o campo de futebol do Rossio que tinha no dia 25 de Abril de 1921. Estamos a falar de um clube com 86 anos de história, que nos deu muitas alegrias a todos nós. E da nossa parte, como é evidente, já aqui o dissemos, o único compromisso que assumimos é aquele que assumimos aqui, e que assumimos em todo o lado — é cumprir com as nossas obrigações, cumprir com aquilo que foram os compromissos assumidos pelo município de Aveiro.

É isto que se exige a uma pessoa de bem, é isto que se exige a uma entidade que busca a credibilização como elemento essencial para ultrapassar todas as dificuldades que vive neste momento.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁶⁹

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰⁷⁰

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁷¹

Não se verificando mais intervenções a Presidente da Mesa⁰⁷² deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Junho, informando que a próxima reunião será no dia 30 de Junho (2.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 01:00 horas do dia 28 de Junho de 2008.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)